

## De teatro a ministério, Brasília tem ‘cemitério’ de prédios públicos vazios

*Motivos vão de custo a opção de gestor; centro bilionário inaugurado em 2014 está desocupado*

Rubens Valente

Um centro administrativo com 14 prédios em 182 mil metros quadrados de área construída, o teatro de maior importância histórica para a cidade, projetado por Oscar Niemeyer (1907-2012), e um prédio de 26 andares ocupado apenas por uma agência bancária. Um bloco inteiro da Esplanada dos Ministérios, no coração do governo federal em Brasília.

São prédios e obras vazios ou subutilizados a poucos quilômetros do Palácio do Planalto. Os motivos variam de contenção de gastos a escolhas controversas dos gestores.

“O teatro [Cláudio Santoro] é um escândalo, está praticamente em ruínas há anos. É um equipamento único, emblemático. Não pode ser privatizado porque é crucial que o governo tenha uma estrutura para oferecer ao público o que o mercado não quer oferecer”, diz o professor Frederico de Holanda, doutor em arquitetura e urbanismo na UnB (Universidade de Brasília).

Construído a partir de 1960 e

inaugurado em 1981, o Teatro Nacional Cláudio Santoro tem suas três salas, com capacidade de 1.900 espectadores, interditadas desde janeiro de 2014. O Corpo de Bombeiros e o Ministério Público apontaram falhas de segurança e acessibilidade.

É o teatro mais importante da capital. Com sua forma que lembra uma pirâmide, marca o início da fileira norte de blocos ministeriais da Esplanada.

Após reparos que custaram R\$ 41,5 mil, em dezembro, o Governo do Distrito Federal abriu aos turistas só o foyer de uma das salas e elaborou um plano de recuperação em cinco etapas. Só a primeira custará R\$ 38 milhões, dinheiro que começou a ser captado.

A poucos quilômetros dali também está abandonado o bloco O da Esplanada desde dezembro de 2015, quando a Defesa o desocupou e o repassou para o Planejamento.

A União gasta mensalmente cerca de R\$ 48,5 mil com vigilância e energia do esqueleto de nove pavimentos. Segundo a assessoria do Planejamento, o prédio será repassado ao vizinho Ministério da Fazenda, “que o ocupará e se

incumbirá de sua recuperação”.

O bloco vazio na área mais simbólica de Brasília, a apenas 1,6 km do Palácio do Planalto, é cena surpreendente numa cidade em que os órgãos públicos têm se mudado, cada vez mais, para novos prédios construídos pela iniciativa privada e alugados a peso de ouro para a União.

O professor Antônio Carlos Cabral Carpintero, doutor em arquitetura e urbanismo da UnB, considera a prática absurda. “Nos anos 1950, o governo federal desapropriou o Distrito Federal. Construiu Brasília. Depois deu ou vendeu terrenos para terceiros, e agora eles constroem nesses terrenos para o próprio governo alugar?”, diz.

O professor insere os prédios vazios num cenário de abandono da ideia de Estado. “Tudo o que lembra o Brasil está sendo renegado”, afirma.

Para Holanda, o governo deveria estimular a modernização dos prédios que a administração considera hoje inadequados para sua função original. Caso não possam servir ao serviço público, que sejam direcionados para moradias.





## Prédios abandonados em Brasília



### 1. Centro Administrativo do Distrito Federal

- Desocupado desde dez.14
- **Motivo:** Imbróglgio jurídico entre o consórcio construtor e o governo do DF. Alvo de denúncias na Lava Jato
- **Atual responsável:** Consórcio em PPP
- **Área:** 178 mil m<sup>2</sup>, 14 torres, prédio da Governadoria, shopping e estacionamento

### 2. Edifício "Sede I"

- Semiocupado desde mar.15 28% de ocupação, segundo a Caixa
- **Motivo:** Transferência de setores do Banco do Brasil para outro prédio
- **Projeto:** Ary Garcia Roza (1960), com painéis de Bruno Giorgi, Athos Bulcão e Burle Marx
- **Atual responsável:** BB Fundo de Investimento Imobiliário Progressivo, administrado e gerido pela Caixa
- **Área:** 12,3 mil m<sup>2</sup>

### 3. Teatro Nacional Claudio Santoro

- Desocupado desde jan.14
- **Motivo:** Não atende normas de acessibilidade e segurança
- **Projeto:** Oscar Niemeyer (1958), painel de Athos Bulcão
- **Atual responsável:** Governo do DF
- **Área:** 43 mil m<sup>2</sup>. Capacidade para 1,9 mil espectadores

### 4. Bloco O da Esplanada dos Ministérios

- Desocupado desde dez.15
- **Motivo:** Transferência do Comando do Exército para o Setor Militar
- **Projeto:** Oscar Niemeyer
- **Atual responsável:** Ministério do Planejamento
- **Área:** 23,4 mil m<sup>2</sup> de área construída

### 5. Clube do Servidor

- Abandonado desde 1997
- **Motivo:** Não informado
- **Projeto:** Oscar Niemeyer (1976)
- **Atual responsável:** Secretaria de Patrimônio da União
- **Área:** 84 mil m<sup>2</sup>

## Inaugurado em 2014, centro administrativo nunca foi ocupado

A 27 km do Palácio do Planalto, o Centro Administrativo do DF é hoje o maior elefante branco da capital, sem uma única sala ocupada pelo governo desde dezembro de 2014, quando foi “inaugurado” pelo então governador, Agnelo Queiroz (PT-DF).

Idealizado pelo governador José Roberto Arruda (2007-2010), ex-DEM, o empreendimento foi construído por uma PPP (parceria público-privada) para receber 13 mil servidores que hoje trabalham em prédios alugados na cidade.

O governo cedeu o terreno para a obra, financiada com cerca de R\$ 1 bilhão, em valores atualizados, captados majoritariamente na Caixa Econômica por um consórcio formado pelas empreiteiras Odebrecht e Via Engenharia.

Segundo o contrato, após receber a obra, o governo pagaria ao consórcio um valor mensal estimado na época em R\$ 12 milhões

ao longo de 22 anos. Com o dinheiro, o consórcio quitaria sua dívida com a Caixa e outras instituições financeiras e garantiria seu lucro. Sem as mensalidades, porém, a pendência bilionária não foi paga.

Ocorreu que o governador que sucedeu Agnelo, Rodrigo Rollemberg (PSB), não aceitou receber a obra porque surgiram dúvidas sobre custo, viabilidade e legalidade. Pelas contas do governo, seriam necessários mais R\$ 200 milhões para a mudança, sem contar obras viárias e de infraestrutura, gastos inviáveis para um estado com restrição orçamentária, crise no abastecimento de água e ameaça de atraso no salário do funcionalismo pela queda na receita.

Em seguida, Brasília foi impactada pela delação premiada da Odebrecht na Operação Lava Jato, que revelou propina em diversas obras no DF nas gestões anteriores, incluindo a do centro administrativo.

Três executivos disseram que a obra estava relacionada ao pagamento de propina a Arruda e a Agnelo na forma de doações eleitorais ou caixa dois —o caso está sob investigação no DF.

Em nota, o governo informou que “estuda a possibilidade de anulação do contrato, o que foi recomendado pela Controladoria Geral do DF” e disse que não contraiu “nenhuma dívida com instituições financeiras nem fez qualquer repasse ou desembolso ao consórcio, pois não recebeu o empreendimento”.

O consórcio disse defender uma saída para o impasse, seja na forma da continuidade da operação, seja na rescisão do contrato, mediante indenização. Afirmou ainda que banca a guarda e zeladoria do local desde junho de 2014 e “vem atendendo a todas as exigências legais impostas no escopo da PPP”.

## Benefícios fiscais para montadoras atingirão recorde de R\$ 7,2 bi em 2019

*Fisco. Com aumento na produção de veículos no ano que vem e incentivos a fábricas instaladas no Nordeste, valor que deixará de ser arrecadado com a indústria automobilística será o maior da história e o triplo do estimado pela Receita Federal para este ano*

Lorena Rodrigues  
Adriana Fernandes

O governo vai abrir mão, no ano que vem, de R\$ 7,2 bilhões em impostos com a concessão de incentivos tributários para a indústria automobilística, um dos setores com maior força de pressão em Brasília. A renúncia fiscal mais do que triplicou em relação aos R\$ 2,3 bilhões previstos para este ano. Será o maior valor da história. A título de comparação, corresponde a 6% de todos os recursos previstos para a área de educação na proposta de Orçamento de 2019, em tramitação no Congresso. De 2008 a 2019, o governo deixará de arrecadar R\$ 34,6 bilhões com o setor, de acordo com estimativa da Receita Federal.

O salto de R\$ 5 bilhões entre 2018 e 2019 será puxado pelo crescimento na produção de veículos, esperado para o ano que vem. O aumento também é resultado da mudança de metodologia que permitiu à Receita “captar” melhor dados que estavam “fugindo” do alcance dos fiscais na elaboração das projeções.

Para 2019, pela primeira vez, a Receita usou dados de Escrituração Contábil, o programa entregue pelas empresas com diversos dados, como balanço patrimonial, produção e vendas. Com o refinamento das projeções, a renúncia estimada ficou mais próxima da realidade, na avaliação dos técnicos. É um indicativo de que, nos últimos anos, a perda pode ter sido maior que a estimada pelo Fisco. A fatura no ano que vem pode aumentar ainda mais. Parlamentares já acenaram que vão ampliar os incentivos previstos na Medida Provisória que criou o Rota 2030, o novo programa de incentivos aprovado pelo presidente Michel Temer, que ainda tramita no Congresso. Polêmico, o Rota vai conceder R\$ 2,1 bilhões de renúncia para o setor automotivo em 2019.

Além disso, também pode ser renovado o programa de incentivos que responde pela maior parte da renúncia de 2019.

O fisco estima que custará R\$ 4,6 bilhões um benefício concedido a montadoras instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que têm crédito presumido de IPI em troca de projetos de investimentos apresentados até 2010. O incentivo existe desde 1997, mas foi sendo renovado e ampliado ao longo dos anos. O benefício tem prazo para terminar em 2020, mas o senador Armando Monteiro (PTB-PE) já apresentou emenda para renová-lo mais uma vez. Montadoras com fábricas na região têm procurado parlamentares para pressionar pela renovação. Em visita a Pernambuco, em março, o presidente Michel Temer disse que iria “providenciar” a renovação. Monteiro sustenta que a prorrogação é necessária para viabilizar, por exemplo, a expansão de uma fábrica da Fiat que prevê investimentos de R\$ 7,5 bilhões até 2022. “Sem os incentivos, a viabilidade econômica dos projetos na região estaria comprometida.”

## Renúncia fiscal vai na contramão da LDO

*Plano é reduzir em 50%, até 2029, os incentivos concedidos por tributos que no ano que vem deve atingir a marca de R\$ 306,4 bilhões*

Lorena Rodrigues  
Adriana Fernandes/ BRASÍLIA

O incremento de renúncias tributárias para o setor automotivo está na contramão do plano exigido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de reduzir, em 10 anos, 50% do volume dos incentivos concedidos por meio de tributos, que só em 2019 vai chegar a R\$ 306,4 bilhões. Segundo o secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência, João Manoel Pinho de Mello, o aumento dos benefícios automotivos em 2019 reflete em boa parte o impacto do fim do Inovar-Auto e do Rota 2030 que se dará a partir do próximo ano. Contrário inicialmente ao novo programa, Pinho de Mello avalia que o modelo encaminhado ao Congresso ficou adequado, sem risco de ser questionado pela Organização Mundial do Comércio.

Ele defendeu o benefício alegando que é um setor emblemático do ponto de vista do emprego. Para o secretário, não se

pode ser “dogmático” em relação às renúncias. “O importante é avaliar o resultado das políticas”, ponderou. O Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior argumentou, por meio de nota, que “como gestor do programa de incentivos para as regiões Norte, Nordeste e Centro- Oeste, tem monitorado o alcance dos objetivos do regime, especialmente no que se refere a: investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em manufatura na região; novos produtos ou novos modelos de produtos já existentes; empregos; parque de fornecedores na região. Destaque- se que não é uma política automotiva, mas uma política de desenvolvimento regional”.

‘Mar de renúncias’. Conforme mostrou reportagem do Estado há duas semanas, as renúncias tributárias, como desonerações e incentivos fiscais, terão um salto de 23 bilhões em 2019 e vão atingir R\$ 306,4 bilhões já no primeiro ano do próximo governo, segundo a proposta de lei orçamentária enviada ao Congresso. Esse valor deixará de entrar nos cofres do governo por conta da grande quantidade de benefícios concedidos às empresas, entidades filantrópicas e pessoas físicas. Os R\$ 23 bilhões a mais em

benefícios representam quase 80% do gasto anual projetado para o Bolsa Família. O aumento dos “gastos tributários” da União—alguns deles previstos até mesmo na Constituição, como os incentivos da Zona Franca de Manaus – será de 8% em relação aos R\$ 283,4 milhões previstos para 2018.

Um ritmo de crescimento bem maior do que a correção do teto de gasto para 2019, de 4,39%. O teto de gasto é o mecanismo que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. A perda de arrecadação com as renúncias será equivalente a 21% de toda a arrecadação prevista em 2019, de R\$ 1,4 trilhão. A previsão da Receita é de que haverá um aumento de 18,7% em 2019 no montante que o governo deixa de arrecadar com rendimentos isentos e não tributáveis. Essa rubrica inclui, por exemplo, o pagamento de lucros e dividendos a sócios de empresas e benefícios como auxílio- moradia e alimentação pagos a servidores públicos. A renúncia passará de R\$ 27 bilhões em 2018 para R\$ 32 bilhões no próximo ano. O Tribunal de Contas da União (TCU) já alertou que quase metade das renúncias não tem nenhum tipo de fiscalização sobre sua eficácia e cobra do governo a revisão dos benefícios.



## Incentivos são ‘gota d’água no oceano de tributos’, diz Anfavea

Megale diz que, sem os benefícios, montadoras, que são multinacionais, poderiam levar pesquisa para outros países

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antônio Megale, defende que os incentivos para o setor são apenas uma “gota d’água” no oceano de tributos que incidem sobre a indústria. “Temos problemas de competitividade no País, com uma carga tributária muito alta: chega a 36%, em média, no preço do carro, enquanto nos Estados Unidos é 6%. Esses benefícios são uma gota no oceano”, afirmou. No ano que vem, a maior parte da renúncia de R\$ 7,2 bilhões para o setor será com um benefício concedido a montadoras instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que custará R\$ 4,68 bilhões. Para Megale, programas de incentivo regional são necessários para dividir a riqueza do País entre os Estados.

“A região de Goiana (PE) era absolutamente agrária, voltada à colheita de cana. Hoje, utilizando a mesma mão de obra, tem uma das fábricas mais modernas do mundo. São programas meritórios”, disse. Em relação ao Rota 2030 – programa automotivo que responderá por R\$ 2,1 bilhões em renúncia no ano que vem – Megale afirma que ele é necessário para reter a pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Ele defende que o Inovar-Auto, que antecedeu o Rota, teve como reflexo a redução do consumo nos carros produzidos no Brasil em 15,1%, por exemplo. “Se o Rota não existisse, a primeira coisa que o País iria sentir era a redução de pesquisa e desenvolvimento. As empresas são multinacionais, poderiam facilmente mudar a pesquisa para outros países”, afirmou. Emprego. O diretor da Associação Nacional dos Auditores Fiscais, Mauro Filho, porém, acredita que o Estado está bancando o financiamento de setores lucrativos sem que haja uma contrapartida de emprego e tecnologia.

“Peguei o parecer que embasou o Rota 2030 e fui procurar a palavra emprego que justificaria a adoção do programa. Não tinha nenhuma”, disse ele, que obteve o parecer por meio da Lei de Acesso a Informação. Ele disse que também não há referência a novas tecnologias. “É uma repaginação. Nem disfarçaram”, criticou. Para a pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Vilma Pinto, falta ao governo avaliar as políticas relacionadas à concessão de incentivos. “Não existe avaliação dos gastos tributários. Tem uma série de gastos tributários que não se justificam manter e tem outros que podem até ser bons do ponto de vista social, mas que muitas vezes são mal desenhados”, afirmou. “É preciso fazer uma avaliação da política pública para o setor automotivo, considerando a implicação disso para os demais setores, para saber se vale a pena.” /L.R. e A.F.